



## JUSTIFICATIVA DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**PROCESSO ADMINISTRATIVO:**

CARONA

**ASSUNTO:**

Adesão à Ata Registro de Preço com órgão não participante.

**ÓRGÃO GERENCIADOR:**

Gabinete do Prefeito de Jaguaribe-Ce.

**ORIGEM:**

Pregão Presencial nº: 10.02.02/2021

**CARONA:**

Ata de Registro de Preços nº: 10.02.02/2021

**VALIDADE:**

18 de Março de 2022.

**UNIDADES ADERENTES (CARONA):**

Secretaria de Recursos Hídricos, Conservação e Serviços Públicos do município de Forquilha-CE;

Secretaria de Saúde do município de Forquilha-CE;

Secretaria de Educação do município de Forquilha-CE;

Secretaria de Desenvolvimento Social do município de Forquilha-CE;

Secretaria de Segurança Pública do município de Forquilha-CE;

Secretaria de Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente e Pesca do município de Forquilha-CE;

Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo do município de Forquilha-CE.

Justifica-se a adesão a Ata de Registro de Preços pela necessidade da **ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE SISTEMA INFORMATIZADO E INTEGRADO COM UTILIZAÇÃO DE CARTÕES MAGNÉTICOS MICROPROCESSADOS E/OU COM CHIP, PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS, FORNECIMENTO E REPOSIÇÃO DE PEÇAS (PNEUS, BATERIAS, ACESSÓRIOS EM GERAL PARA MANUTENÇÃO) SERVIÇO DE BORRACHARIA, LAVAGEM SIMPLES E COMPLETA DE VEÍCULOS, TROCA DE FILTROS E ÓLEO, COMO TAMBÉM, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NA REDE DE ESTABELECIMENTOS CREDENCIADOS DA CONTRATADA, PARA ATENDER A ATUAL FROTA DE VEÍCULOS E OUTROS QUE POR VENTURA FOREM ADQUIRIDOS, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHA/CE**, com fundamento na Lei nº 8.666/93, no seu art. 15 e nas disposições constantes no Decreto Federal nº 7.892 de 23/01/2013 alterado pelo Decreto Federal nº 8.250 de 23/05/2014, tendo em vista a maior celeridade e a melhor racionalização pelo órgão não participante dos recursos financeiros na aderência à ata, durante sua vigência, através de prévia consulta e anuência do órgão gerenciador do sistema de registro de preços e da empresa detentora do registro de preços.

Sobre a adesão à ata de preços, dispõe o art. 15 da Lei nº 8.666/93 da seguinte forma:

**Lei nº 8.666/93 (art. 15)**

**Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:**

**I - atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas;**

**II - ser processadas através de sistema de registro de preços;**



III - submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado;

IV - ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade;

V - balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública.

§ 1º O registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado.

§ 2º Os preços registrados serão publicados trimestralmente para orientação da Administração, na imprensa oficial.

§ 3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições:

I - seleção feita mediante concorrência;

II - estipulação prévia do sistema de controle e atualização dos preços registrados;

III - validade do registro não superior a um ano.

§ 4º A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

§ 5º O sistema de controle originado no quadro geral de preços, quando possível, deverá ser informatizado.

§ 6º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar preço constante do quadro geral em razão de incompatibilidade desse com o preço vigente no mercado.

Assim, diante disso, esta Municipalidade, através das Unidades Administrativas interessadas, visando à contratação anteriormente mencionada, procedeu à devida pesquisa de mercado através da cotação de preços dos respectivos objetos elencados na ata com base no Projeto de Intenção de Despesas das Secretarias do Município de Forquilha/CE, acostado aos autos deste processo.

Sobre o assunto, dispõe o decreto nº 7.892/2013, *in verbis*.

**“Art. 22. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.**

(...)

§ 3º As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

§ 4º O instrumento convocatório deverá prever que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.”

Destarte, conforme a “*mens legis*” do dispositivo acima, verifica-se que a sistemática consagrada admite a utilização da Ata de Registro de Preços por órgão que não tenha



participado do certame licitatório. Todavia, para tanto, exige-se a vantajosidade desse procedimento administrativo, bem como a consulta prévia e a obtenção de expressa concordância do ente gerenciador, assim, como a devida adesão depende da anuência da empresa fornecedora.

Assim, em análise percuente aos autos, permite-se concluir que em relação ao valor estimado constante do Projeto de Intenção de Despesas, os preços registrados na ata de registro de preços almejada, são mais vantajosos para a Administração Municipal, preenchendo, dessa forma, os requisitos impostos pelas leis vigentes, conforme o demonstrativo abaixo.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VR. MAXMO DA CONTRATAÇÃO	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO REGISTRADO	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO MÉDIO
1	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de gerenciamento de sistema informatizado e integrado com utilização de cartões magnéticos microprocessados e/ou com chip, para aquisição de combustíveis, fornecimento e reposição de peças (pneus, baterias, acessórios em geral para manutenção) serviço de borracharia, lavagem simples e completa de veículos, troca de filtros e óleo, como também, manutenção preventiva e corretiva na rede de estabelecimentos credenciados da contratada, para atender a atual frota de veículos e outros que por ventura forem adquiridos, da Prefeitura Municipal de Forquilha/Ce.	R\$ 1.945.674,90	-9,11 %	2,67 %

Nota-se que a taxa de administração em numeração negativa apresenta uma grande vantajosidade para esta administração, já que cria-se uma subtração sobre o valor de gastos da administração, diferente do esperado com a taxa de administração em numeração positiva, como apresentado na média que deveria ser somada ao valor de gastos da administração.

Nesse entendimento é o ensinamento do ilustre mestre **JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES**, *ad litteris*:

**O carona no processo de licitação é um órgão que antes de proceder à contratação direta sem licitação ou a licitação verifica se já possui, em outro órgão público, da mesma esfera ou de outra, o produto desejado em condições de vantagem de oferta sobre o mercado já comprovadas. Permite-se ao carona que diante da prévia licitação do objeto semelhante por outros órgãos, com acatamento das mesmas regras que aplicaria em seu procedimento, reduzir os custos operacionais de uma ação seletiva.**

**É precisamente nesse ponto que são olvidados pressupostos fundamentais da licitação enquanto processo: a finalidade não é servir aos licitantes, mas ao interesse público; a observância da isonomia não é para distribuir demandas uniformemente entre os fornecedores, mas para ampliar a competição visando a busca de proposta mais vantajosa."**

Do exposto, em atenção aos entendimentos legais e ao posicionamento doutrinário acima transcrito, e aplicando-os, no que for oportuno, depreende-se que a Adesão à Ata de



Registro de Preços pretensa demonstra-se vantajosa conforme disposição do art. 22 do Decreto Federal nº 7.892, de 23/01/2013, admissível por melhor atender o interesse público, estando em consonância com o limite imperativo do diploma legislativo específico e em estrito respeito aos princípios basilares dos procedimentos licitatórios, sobretudo aos da economicidade e da eficiência.

Não obstante a tudo isso, consta em anexo a documentação mínima do processo licitatório de origem, solicitações e anuências necessárias à composição do processo carona em questão do interesse da administração.

É o que há para justificar.

Atenciosamente,

Forquilha - CE, 30 de Junho de 2021.

  
\_\_\_\_\_  
**Jose Hércio Lima Costa de Queiroz**

Ordenador de Despesas da Sec. de Segurança Pública

  
\_\_\_\_\_  
**Eveline Maria Rangel Araújo Rodrigues**

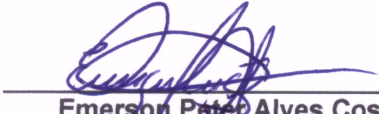
Ordenadora de Despesas da Secretaria Municipal de Saúde

  
\_\_\_\_\_  
**Joanatha Vidal Gomes**

Ordenador de Despesas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, Meio Ambiente e Pesca

  
\_\_\_\_\_  
**Antonia Cleunia Cavalcante Damasceno Prado**

Ordenadora de Despesas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

  
\_\_\_\_\_  
**Emerson Peter Alves Costa**

Ordenador de Despesas da Sec. Municipal de Infraestrutura.

  
\_\_\_\_\_  
**Antonia Adorilene Jerônimo de Siqueira**

Ordenadora de Despesas da Secretaria Municipal de Educação

  
\_\_\_\_\_  
**Michel Angelo Vasconcelos Cavalcante**

Ordenadora de Despesas da Sec. de Recurso Hídricos, Conservação e Serviços Públicos.